

[RE] IMAGINANDO A CIDADE

Perspectivas do estudo, planejamento e projeto da paisagem sob o olhar da criança e da arquitetura do cuidado

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Ana Luisa Dinis de Almeida; André Araújo Almeida.

RESUMO

Este artigo, que sintetiza o Trabalho Final de Graduação da autora, discute o caráter inseguro e excludente das cidades contemporâneas, e seus impactos na infância, cujas necessidades são negligenciadas nos projetos de arquitetura da paisagem. O objetivo é a elaboração de um *masterplan* para um SELP – Sistema de Espaço Livre Público – no Conjunto Alvorada, assentamento popular no bairro Sapiroanga em Fortaleza, com projeto-piloto para potencializar a apropriação infantil na praça “Bem-Me-Quer”. Por meio de pesquisa bibliográfica construiu-se um referencial teórico sobre o tema cidade e criança, trazendo o cuidado como conceito crítico para a arquitetura. Manuais de referência nessa temática e o diagnóstico socioespacial da área orientaram as diretrizes do plano para conversão dos espaços livres em rotas seguras e apropriáveis pelo público infantil. O trabalho adota o desenho participativo para a co-criação do projeto-piloto da praça, com métodos lúdicos de compreensão do espaço e identificação de necessidades pelas crianças do bairro. As discussões e a experimentação projetual demonstraram que a inclusão da perspectiva infantil na prática da arquitetura da paisagem é fundamental para a produção de espaços públicos seguros para crianças e seus cuidadores, com potencial para o desenvolvimento, nas crianças, do senso de autonomia e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: criança e cidade; apropriação; arquitetura do cuidado; paisagem.

ABSTRACT

This article, which summarizes the author's final graduation project, discusses the unsafe and exclusionary nature of contemporary cities and their impact on children, whose needs are neglected in landscape architecture projects. The objective is to develop a master plan for POSs (Public Open Spaces) in Conjunto Alvorada, a low-income settlement in the Sapiroanga neighborhood of Fortaleza, with a pilot project to enhance children's appropriation of the “Bem-Me-Quer” square. Through bibliographic research, a theoretical framework on the theme of cities and children was constructed, bringing caring architecture as a critical concept. Reference guidebooks on this theme and the socio-spatial diagnosis of the area oriented the directives of the plan for converting free spaces into safe routes that can be appropriated by children. The work adopts participatory design for the co-creation of the square's pilot project, using playful methods to understand the space and identify the needs of the neighborhood's children. The theoretical discussions and the urban design experimentation demonstrated that the inclusion of children's perspectives in landscape architecture practice is fundamental to the production of safe public spaces for children and their caregivers, with the potential to develop children's sense of autonomy and citizenship.

KEYWORDS: child and city; appropriation; caring architecture; landscape.

1 INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre as cidades atuais, observamos, com frequência, paisagens permeadas por obstáculos, ruídos e poluição, tornando-se, infelizmente, parte integrante da rotina de seus habitantes. Esse tipo de cenário, que atenta contra a segurança e a inclusão, decorre de modelos de planejamento urbano simplificador, baseados no paradigma racionalista (Raposo, 2012, p. 112), o que permitiu que a hegemonia do automóvel moldasse espaços urbanos adversos aos vários grupos sociais. Emergem, assim, dinâmicas de segregação e múltiplas formas de violência simbólica e física, que afetam especialmente mulheres e crianças (Berth, 2023).

Em contraposição, um paradigma interacionista (Raposo, 2012, p. 114) emerge na década de 1960 com Jane Jacobs (2014) e a tese de que a vida na cidade deve ter e gerar diversidade, promovendo ambientes plurais e democráticos. Para Jacobs (2014), é fundamental que as pessoas desenvolvam atividades em locais ao ar livre próximos de casa, independentemente de gênero, raça, idade ou qualquer diferença social.

Para as crianças, em especial, a cidade deve ser o lugar onde elas “crescem e desenvolvem-se; e por este motivo deve ser um espaço de qualidade ambiental e social favorável para tal” (Almeida, 2005, p.01). Para a socióloga italiana Elisabetta Forni (2002), as crianças devem poder brincar, se movimentar e explorar o mundo com segurança, condição essencial para o contato social, a compreensão das diferenças e da heterogeneidade, fomentando assim o desenvolvimento das capacidades individuais produtoras de bem-estar social.

Diante disso, trazemos as seguintes reflexões: como produzir cidades mais inclusivas e sensíveis às diferenças; e de que forma o espaço urbano pode atuar como instrumento de cuidado e desenvolvimento humano para as crianças?

Os primeiros anos de vida (0 a 6 anos) são decisivos para o desenvolvimento cerebral, período em que as crianças constroem experiências afetivas em interação com seu ambiente e cuidadores, majoritariamente mulheres (NCPI, 2014). Assim, pensar a cidade a partir da infância implica compreender suas necessidades e garantir ambientes que promovam autonomia, segurança e desenvolvimento integral (Forni, 2002) nas suas diversas dimensões: físico, emocional, cognitivo e social. A sensação de segurança, no entanto, ainda é uma barreira significativa, demonstrada pelo ITDP - *Institute for Transportation and Development Policy* (2022) em “Acesso para bebês, crianças pequenas e seus cuidadores”. Para que essa relação da criança com o espaço urbano se viabilize, é essencial que os cuidadores também se sintam seguros para usar e incentivar a ocupação infantil dos espaços públicos. A questão agrava-se em áreas onde as precariedades de infraestrutura, as limitações socioeconômicas e a negação de direitos produzem territórios vulnerabilizados, impactando mais ainda o desenvolvimento infantil. Estudos do NCPI - Núcleo Ciência Pela Infância - apontam que quanto menor for o nível socioeconômico do bairro, maiores tendem a ser os impactos negativos no desenvolvimento infantil (NCPI, 2021).

Assim, o presente artigo sintetiza o TFG - Trabalho Final de Graduação da autora (Dinis de Almeida, 2024), sob orientação do coautor, cujo objetivo geral, de elaboração de um projeto de arquitetura da paisagem, abraça os desafios da apropriação infantil dos espaços livres em bairro popular na cidade de Fortaleza. A pesquisa que embasou o projeto observou as questões da primeira infância e na área de estudo, o Conjunto Alvorada, estudou o potencial de constituição de uma rota segura para circulação por um SELP - Sistema de Espaços Livres Públicos - co-criado com algumas crianças do bairro. O trabalho adotou metodologias de desenho participativo realizado por meio de oficinas em escolas locais, extremamente significativas para a proposta final.

2 ARQUITETURA DO CUIDADO E A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA

O presente tópico contém a fundamentação teórica deste trabalho, onde se discute as relações entre a produção dos SELPs e a arquitetura do cuidado como abordagem sistêmica que permeia temas como humanização da cidade e psicologia ambiental em prol do bem-estar urbano. Aborda a criança na cidade e as premissas necessárias para planejamento e projeto do espaço urbano saudável e seguro para o adequado desenvolvimento infantil e sua apropriação cidadã.

2.1 Arquitetura como ferramenta de cuidado

Um dos grandes desafios dos tempos atuais na pedagogia e na psicologia infantil é o acesso das crianças às tecnologias digitais em idades cada vez mais precoces. Para Roberta Tanabe (*apud* Amarante, 2022), médica e coordenadora do Núcleo Saúde e Brincar da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, a super estimulação digital afeta negativamente a ordem física, cognitiva e comportamental infantil, tão importante durante os seus 6 primeiros anos da vida. A presença da criança nos ambientes digitais compromete sua capacidade de atenção, sua habilidade de saber esperar, e fomenta o sedentarismo, obesidade e problemas osteoarticulares. Soma-se a esse desafio a presença das crianças nos ambientes urbanos, de maneira inversamente proporcional aos ambientes digitais, em redução de modo gradativa e preocupante.

Tanabe (*apud* Amarante, 2022) afirma que a transformação das cidades, a precarização e a redução das áreas de lazer, além do aumento da violência urbana, têm modificado os hábitos familiares, reforçando a preferência por espaços fechados e atividades *online*. Como consequência, crianças crescendo em ambientes fechados não ampliam suas vivências em outros contextos para além do familiar, escolar ou digital, sendo impedidas de conhecer outras realidades sociais e de desenvolver um sentimento de pertencimento ao lugar onde vivem (Forni, 2002; Rocha *et al.*, 2019).

No que se refere à influência da paisagem urbana na formação infantil, compreende-se que espaços públicos são fundamentais no desenvolvimento humano, aprimorando suas habilidades motoras, sensoriais e cognitivas (Forni, 2002). Nesses ambientes urbanos, e em contato com a natureza, há um maior estímulo das habilidades sociais, da coordenação psicomotora e da consciência socioambiental. O espaço livre fomenta a criatividade, a autoconfiança, a capacidade de escolha, o senso ético, a sensibilidade humana e ambiental, o sentimento de pertencimento, além de contribuir para o controle de doenças crônicas como diabetes, asma e obesidade, um fator crucial diante da crescente exposição tecnológica (Luz, Kuhnen, 2013; SBP, 2024).

No entanto, os benefícios proporcionados pelo contato com espaços livres e naturais não são igualmente acessíveis a todas as crianças, com forte diferenciação entre aquelas que vivem nas áreas centrais e as que vivenciam as áreas periféricas das cidades (Forni, 2002). Essa problemática torna-se mais evidente em contextos de forte segregação socioespacial, como nas cidades latino-americanas, onde o conceito de SELP é negligenciado ou, muitas vezes, inexistente. A título de exemplo, uma pesquisa do ITDP (2018) na Região Metropolitana do Recife demonstrou que algumas das dificuldades urbanas vivenciadas por mulheres de classes média / baixa que assumem majoritariamente o cuidado infantil estão ligadas ao brincar e ao lazer de suas crianças. Ruas e espaços públicos de lazer, quando existem, são inseguros devido à precariedade física e aos usos inadequados. Esse fato leva cuidadores e crianças a adotarem comportamentos de reclusão, permanecendo em casa fora do horário escolar, muitas vezes diante da televisão ou de dispositivos eletrônicos.

Nesse cenário, os prejuízos da inacessibilidade do espaço público para o desenvolvimento infantil e a aflição sentida pelos seus cuidadores demanda dos profissionais da arquitetura transformações no planejamento e no projeto da paisagem urbana em direção à uma arquitetura cuidado. Joan Tronto, professora de ciência política na *Minnesota University*, com atuação no campo das políticas para mulheres, democracia e cidadania, compreende que é urgente, “[...] usando cuidado como um conceito crítico, [...] uma reorientação fundamental das disciplinas de arquitetura e urbanismo” (Tronto, 2019, p. 26, tradução e destaque nossos). O conceito de cuidar remete a um conjunto complexo de elementos que interagem e se complementam; é um conceito suave e ao mesmo tempo prático, aplicável por quem fornece ou recebe cuidados, segundo padrões definidos por cada comunidade local (Tronto, 2019).

Com Raffestin (1993) aprendemos que as cidades encerram uma geografia do poder que conduz as dinâmicas da paisagem. Os sistemas territoriais que cedem às relações desiguais de poder resultam em formas menos “amigáveis” de interação entre cidadãos e ambiente (natural ou construído). Entendendo isso, Tronto (2019) aponta que “[...] não é que os arquitetos e planejadores sejam descuidados; a questão é que estão cuidando de forma errada. Eles se preocupam com coisas, e frequentemente, com as coisas erradas” (Tronto, 2019, p. 26-27, tradução e destaques nossos).

Edifícios protegem pessoas dos elementos, mas por si só não promovem cuidado; o que acontece no interior dos edifícios, como as construções se encaixam na sua localização e contexto, como são construídas, quem será alojado ou desalojado, todos esses aspectos afetam vitalmente a natureza do cuidado que os edifícios trazem (Tronto, 2019, p. 27, tradução nossa).

Profissionais inseridos na cultura projetual contemporânea produzem uma paisagem urbana que cuida mais do espaço físico quando deveriam cuidar das pessoas, principalmente aquelas mais vulnerabilizadas. A responsabilidade do arquiteto na produção do espaço e da paisagem deve ir além da materialidade do edifício; deve alcançar as relações socioambientais do sistema territorial onde se insere.

Tronto (2019) aponta as diversas formas de manifestação do cuidado, observando como estas dependem das formas de se relacionar: cuidar de algo/alguém; ter cuidado por algo/alguém; prestar cuidados. Nas palavras da autora:

CUIDAR DE significa prestar atenção às necessidades que precisam ser atendidas. Antes de qualquer processo de cuidado, é preciso se reconhecer a necessidade de se cuidar. [...] TER CUIDADO POR é a fase do cuidado que diz respeito à aceitação e atribuição de responsabilidades. [...] PRESTAR CUIDADOS requer atenção ao ato em si de cuidar. Por exemplo, no processo de construção, os trabalhadores estão protegidos e cuidados?¹ (Tronto, 2019, p. 30-31, tradução nossa).

Tronto (2019) acrescenta ainda formas mais complexas e sistêmicas de manifestação do cuidado, onde o cuidado recebido (ou o ser cuidado) se conecta com “cuidar com”.

SER CUIDADO Concluída a prestação de cuidados, o que vem depois? [...] Diferentes participantes no processo podem decidir que o processo funcionou bem ou mal. [...] que necessidades adicionais devem ser assumidas após os cuidados? [...] o processo de cuidado recomeça, com identificação das necessidades, responsabilidades e atos de cuidado [...] CUIDAR COM: O cuidado torna-se confiável com o passar do tempo? [...] torna-se um modo para se promover solidariedade e confiança entre as pessoas. [...] faz com que as pessoas respondam aos cuidados que elas receberam de maneira recíproca. [...] Quando as pessoas vivem em comunidade onde o cuidado mútuo faz

¹ Vale relembrar aqui textos fundamentais no Brasil sobre essa questão, de autoria do arq. Sergio Ferro: “O canteiro e o desenho” e “Arquitetura e trabalho livre”.

parte da suas vidas, elas se sentem mais seguras, e prestam mais atenção ao seu ambiente (Tronto, 2019, p. 31-32, tradução nossa).

O processo de cuidar pode não alcançar esse estágio a depender da posição de cada indivíduo no seu contexto social, territorial ou comunitário, seu grau de protagonismo, de empoderamento ou de direito de ser ouvido e considerado válido ao interagir sobre o cuidado que “funcionou bem ou mal”. “Se cuidar significar apenas proteger os interesses dos privilegiados, resultará em uma arquitetura diferente daquela projetada para cuidar do mundo” (Tronto, 2019, p. 30, tradução nossa). Cuidar na arquitetura e no urbanismo é, então, um ato político, pois participa das relações de poder nesse sistema, definindo o que se preocupar, como cuidar, quem realmente cuidará e como transformar o cuidado em um padrão coletivo. “Como podemos então direcionar nosso poder em direção aos cuidados do nosso planeta carente de cuidados?” (Tronto, 2019, p. 32, tradução nossa). Construindo um novo paradigma relacional.

Ir além da ideia “do que o nosso cliente quer”, ou mesmo além da arquitetura “verde” ou “sustentável”, além do ideal do construir um belo objeto, nós agora precisamos de uma arquitetura que cumpra a tarefa básica de compartilhar responsabilidades pelo cuidar do nosso mundo, uma arquitetura sensível aos valores [...] de todas as formas de vida e do próprio planeta (Tronto, 2019, p. 28, tradução nossa).

O novo paradigma na arquitetura da paisagem significa então avançar na compreensão do tripé da sustentabilidade, para além das relações ambientais e de conforto, incorporando também as relações sensíveis do espaço urbano com o meio ambiente e seus impactos socioeconômicos (Oseki, Pellegrino, 2004), “não como um elemento externo, mas sim como parte deste”² (Almeida, Viana, Pisani, 2014). Para se promover efetivo cuidado com a natureza e a sociedade, deve-se evitar focar “nas coisas do projeto” e olhar para os processos e suas relações antes e após o projeto.

Projetar a paisagem na arquitetura do cuidado requer, então, responsabilidades que vão além das posturas funcionalistas “eco compatíveis” ou ambientalistas “biocêntricas”; exige-se uma postura orgânica “territorialista” (Magnaghi, 1998, p. 116) onde “a natureza não é vista como um elemento à parte” (Almeida, 2025, p. 53-54). Os ambientes que estimulam habilidades sociais, físicas, cognitivas e psicológicas tornam-se espaços educativos, atuando de forma ativa e dinâmica no cotidiano dos participantes, inclusive como crítica à realidade que deveria ser transformada.

2.2 Projetar, brincar e aprender na cidade

A presença infantil nos espaços livres favorece o desenvolvimento da cidadania e a compreensão da diversidade social. Brincar na cidade se torna um território comum entre classes sociais, enfrentando barreiras segregacionistas e promovendo a aceitação das diferenças. Para isso, é essencial que os cuidadores se sintam seguros ao permitir a presença infantil nos espaços públicos (Rocha *et al.*, 2019; ITDP, 2022). Uma “boa cidade” para se viver é, então, aquela que oferece oportunidades de caminhar, permanecer e vivenciar o espaço urbano, convidando as crianças a usufruírem dele sob diversas circunstâncias: físicas, culturais e psicológicas.

Para Gehl (2013), essas qualidades não são aleatórias, mas resultam de princípios que orientam o planejamento de paisagens vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, nos quais o cuidado com a dimensão humana constitui o eixo central do projeto. A adoção desses princípios implica em projetos que promovam inclusão, interação social e a criação de ambientes facilmente apropriáveis por muitos e diferentes grupos. Se

² Do sistema territorial e das suas relações materiais e imateriais, horizontais e verticais (Santos, 2005).

aplicados à perspectiva da infância, esses princípios se tornam ainda mais potentes para o desenvolvimento comportamental, cognitivo, social e afetivo das crianças, fortalecendo memórias e vínculos com o ambiente vivido (Forni, 2002; Tonucci, 2019).

Projetar para as crianças não significa infantilizar a cidade ou criar espaços exclusivos, mas garantir a elas o direito à cidade. Para Tonucci (2019, p. 88), “a primeira e a mais importante resolução a tomar é atribuir às crianças o papel de protagonistas”. Isso implica escutá-las e incorporar suas ideias no projeto da paisagem.

Um bairro planejado levando em conta os Bebês, Crianças mais novas e Cuidadores (BCCs) deve ter uma variedade de usos e de serviços localizados a distâncias confortáveis para serem feitas a pé e incentivar, assim, o uso de espaços públicos ao ar livre (IAB, 2023, p. 22)

Os espaços públicos urbanos são, então, o ambiente onde a vida da cidade acontece (Jacobs, 2014). Para Macedo (1995) o espaço livre público inclui ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas, e inclusive espaços residuais (Carro, 2024), formando um sistema articulado por relações de conectividade, complementaridade e hierarquia. Os SELPs são, então, os lugares por onde as pessoas fluem em seu cotidiano e desempenham múltiplas funções interligadas (Raffestin, 1993; Queiroga, 2007). Compreender as dinâmicas urbanas requer analisar cuidadosamente o ambiente que será projetado, entendendo suas paisagens como ecossistemas complexos, organizados por uma rede densa de processos metabólicos e pela circulação contínua de matéria, energia e informação (Raffestin, 1993). Nessa perspectiva, não se deve analisar a cidade apenas na totalidade e nem tampouco como uma soma das partes do ambiente urbano (Magnaghi, 1998; Andrade, Romero, 2004; Raposo, 2012; Rocha *et al.*, 2019).

Cada território urbano apresenta um SELP com grau de qualidade no seu planejamento e projeto diferente, à medida de maior ou menor interesse do poder público. Dessa forma, aplicar os critérios de projeto mais adequados para as crianças, requer a compreensão crítica da lógica de interação entre cada um desses sistemas, especialmente em assentamentos precários, onde a complexidade das dinâmicas urbanas é intensificada e o espaço disponível é reduzido. Esses ecossistemas apresentam diferenciações e interações internas determinadas por fatores sociais, culturais, econômicos e naturais, o que faz com que distintas áreas, como os assentamentos precários, estabeleçam relações ambientais mais complexas; e quanto maior for a complexidade, maior a diversidade e riqueza de produtos e, consequentemente, maior será a troca de fluxos no espaço (Andrade, Romero, 2004).

Vale lembrar que os territórios que asseguram deslocamentos infantis diários seguros e experiências ao ar livre de qualidade para os BCCs beneficiam a todos os cidadãos. Para isso, critérios específicos de projeto para a infância, como o campo visual e as condições particulares de percepção, precisam ser adotados. Diferentemente dos adultos, uma criança de três anos possui, em média, 95 cm de altura, o que a torna menos visível para condutores de carros e caminhões. A insegurança viária gera riscos incalculáveis aos BCCs, cujas necessidades são ignoradas nos projetos.

Mas há parâmetros para isso consultáveis em guias e manuais, como o “Desenhando Ruas para Crianças”, da *Global Designing Cities Initiative* (NACTO, 2020) e os trabalhos da iniciativa Urban95 (2022), cooperação técnica entre a *Bernard van Leer Foundation* e o IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - que resultou na publicação “Bairros Amigáveis à Primeira Infância” (IAB, 2023); que serviram como referências neste estudo nos conceitos, estratégias e elementos fundamentais a serem considerados no planejamento de espaços urbanos voltados à primeira infância. Sendo assim, abordaremos a proposta projetual deste trabalho nos tópicos a seguir.

3 ESTRATÉGIAS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

A fundamentação teórica, ao evidenciar a correlação entre as demandas urbanas do universo infantil e o acesso qualificado aos espaços públicos, permitiu compreender a necessidade de projetar a cidade a partir da perspectiva das crianças. Nesse sentido, o TFG incorporou a análise do contexto espacial e social de Fortaleza, considerando o público infantil, bem como o estudo e diagnóstico do Conjunto Alvorada, área selecionada para o exercício projetual (Dinis de Almeida, 2024). A partir dessa análise, o planejamento e o projeto foram desenvolvidos a partir da metodologia do manual “Bairros Amigáveis à Primeira Infância” (IAB, 2023), materializado em um plano geral de intervenção no SELP do bairro focado na rota segura para a infância, e um projeto-piloto participativo com crianças para uma praça do bairro. Para isso, esta seção se organiza 3 partes: a análise de Fortaleza, o estudo do bairro de intervenção, e a aplicação da metodologia participativa na construção do projeto-piloto.

3.1 Síntese da análise do cenário espacial e social de Fortaleza

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é uma das maiores metrópoles do Nordeste brasileiro e desempenha papel central na dinâmica econômica regional. O município ocupava, em 2021, a décima posição entre os maiores Produtos Internos Brutos (PIB) do país (IPECE, 2023), o que evidencia sua relevância no cenário nacional.

No entanto, esse crescimento econômico contrasta com a persistente desigualdade socioespacial, visto que Fortaleza figura entre as cinco capitais brasileiras com maior desigualdade de renda, segundo o Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste (Barreto *et al.*, 2024). Parte dos bairros da cidade apresenta baixo índice de desenvolvimento de renda. As áreas de concentração de baixa renda representam majoritariamente as áreas de assentamentos precários presentes no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social, nos quais cerca de 40% da população reside (Fortaleza, 2012). Na figura 1 podemos ver que essa disparidade impacta diretamente a população infantil. Dados de 2021 do SIMDA - Sistema de Monitoramento Diário de Agravos (Fortaleza, 2022) revelam que a cidade abriga 381.919 crianças (0 e 9 anos), com forte concentração nos territórios historicamente marcados pela pobreza.

Figura 1: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) / Mapa da População consolidada de crianças (0 a 9 anos) por bairro – Fortaleza /



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010; Fortaleza 2022.

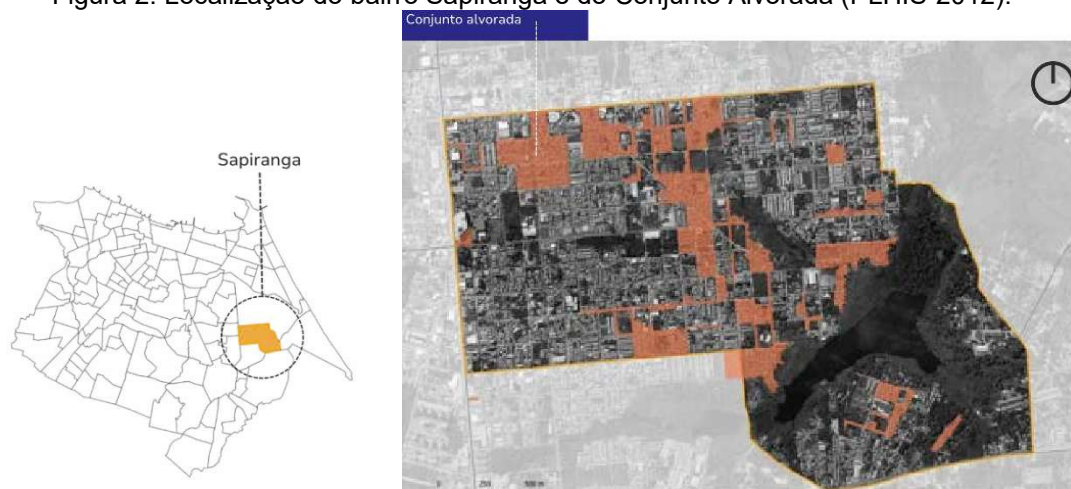
Fortaleza conta, desde 2014, com Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPPIF), que passou por uma revisão em 2021, alinhando-se às novas orientações federais. Isso levou a um aumento nos investimentos municipais voltados à infância. O Relatório Executivo da Apuração dos Gastos Sociais com a Primeira Infância, elaborado pelo SEPOG/PMF em parceria com o UNICEF (Fortaleza, 2023), 8,3% do orçamento municipal (aproximadamente: R\$ 10.737.091.793,00) foi destinado a ações voltadas às crianças, representando um crescimento de 1,2% em relação a 2021.

Esses recursos permitiram a expansão de creches, escolas e equipamentos de lazer. E mesmo com orçamento baixo voltado a urbanismo (sendo 3% conforme o orçamento), houve projetos que ganharam destaque nacionalmente, como os Microparques, o Projeto Pé de Infância e o programa Caminhos da Escola. Apesar disso, muitos projetos apresentam fraca articulação com o entorno imediato, pouca conexão com outros equipamentos públicos e carecem de continuidade administrativa, o que compromete sua consolidação no longo prazo. Vemos, então, que os desafios ultrapassam a dimensão da infraestrutura, pois dizem respeito à integração efetiva da paisagem urbana aos contextos, condição essencial para que a cidade se torne mais viva, ativa e segura para as vivências de crianças e cuidadores.

3.2 Estudo e diagnóstico da área de intervenção

Para estudo selecionou-se o Conjunto Alvorada, no bairro Sapiroanga (figura 2), por reunir características demográficas e socioespaciais relevantes para a análise da paisagem na perspectiva da infância. O bairro apresenta 16% de sua população na faixa etária entre 0 e 9 anos (Fortaleza, 2022), um percentual bem acima da mediada cidade, que beira os 10%. A presença de equipamentos educacionais também foi considerada para se viabilizar atividades participativas com as crianças. Segundo o PLHIS (Fortaleza, 2012) o bairro demonstra profundas desigualdades, com a presença de assentamentos precários e população vulnerabilizada, terceiro critério adotado.

Figura 2: Localização do bairro Sapiroanga e do Conjunto Alvorada (PLHIS-2012).



Fonte: Fortaleza (2012) sobre foto de satélite do Google Earth.

Embora esta seja uma região marcada pela recente expansão urbana e pela forte atuação do mercado imobiliário por meio de condomínios fechados, sua formação deu-se por forte processo de favelização, com ocupação de vias públicas e de lotes vazios,

com elevados índices de precariedade. O PLHIS registrou 29 assentamentos precários no bairro, entre favelas, mutirões e áreas de risco (Fortaleza, 2012). Isso representa cerca de 61% da população reside (Oliveira, Meneleu Neto; Oliveira Neto, 2018).

Entre os assentamentos do bairro, o Conjunto Alvorada foi selecionado como área de estudo pela forte presença de instituições escolares públicas e privadas e sua proximidade com praças urbanizadas do loteamento. O conjunto, com área de 3,5 ha, foi construído em regime de mutirão, sendo atualmente composto por 25 quadras e 293 lotes. Com o processo de valorização imobiliária na região, moradores relataram pressões de gentrificação em pequena escala, o que corrobora a perpetuação da trajetória de fragilidade no direito à cidade dessa população (Lima, Souza, 2005).

Do ponto de vista físico-territorial, a região apresenta baixa cobertura vegetal, em uma morfologia de elevada densidade construtiva, proximidade entre as residências. Além disso, as áreas de convívio ocorrem em quatro praças precarizadas e subutilizadas e no traçado viário com pouca segurança pelas calçadas estreitas e ausência de sinalização e mobiliário urbano adequados. Esse conjunto de fatores compõe um cenário de vulnerabilidades sócio-espaciais, mas, também, por oportunidades projetuais significativas de qualificação. A presença de escolas públicas e privadas, aliada ao traçado viário racional, revela potencial para a criação de um SELP integrando lazer, educação e mobilidade (figura 3).

Figura 3: Análise do uso do solo do Conjunto Alvorada



Fonte: Dinis de Almeida (2024).

O diagnóstico analisou, além do uso do solo, as condicionantes ambientais, sistema viário, transporte público e mobilidade; e as diretrizes e parâmetros da legislação urbana municipal. Como resultado, construiu-se um quadro de compreensão dos problemas e potencialidades do conjunto que permitiu a definição das estratégias sintetizados em um diagrama (figura 4) que orientaram o percurso projetual.

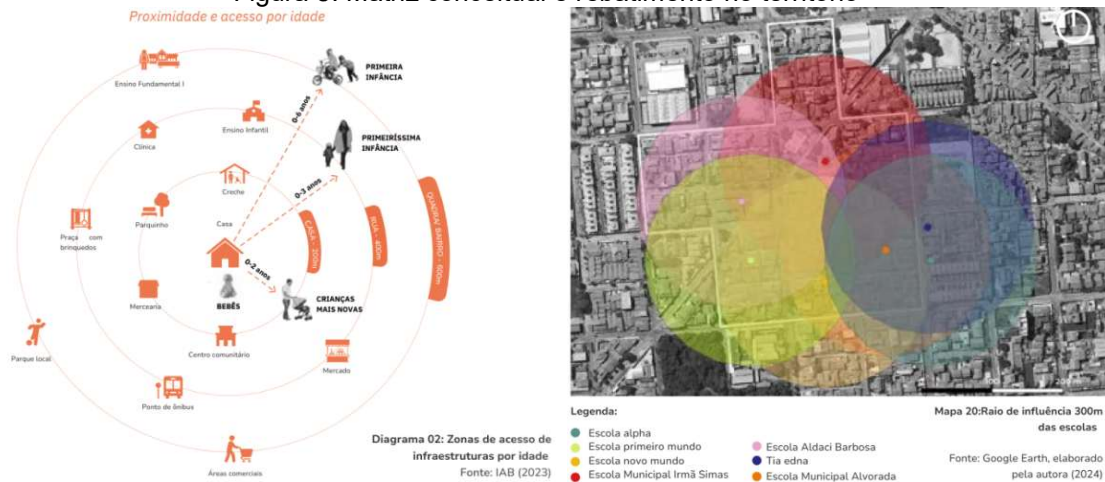
A adoção de um diagrama como ferramenta metodológica para melhor comunicação das estratégias é inspirado pelos manuais presentes no referencial teórico adotado. Esse diagrama organiza os eixos de intervenção voltados à qualificação do território. A partir disso, adotando a matriz de recomendação do IAB (2023) para a da micro-área de intervenção (figura 5) e a formulação do *masterplan* final (figura 6).

Figura 4: Diagrama de diagnóstico e estratégias



Fonte: Dinis de Almeida (2024).

Figura 5: Matriz conceitual e rebatimento no território



Fonte: Dinis de Almeida (2024).

Figura 6: Masterplan do projeto



Fonte: Dinis de Almeida (2024).

O *masterplan* propõe rotas seguras para a infância, articulando mobilidade, espaços livres e educativos para o conjunto. O mapa de intervenções é detalhado a partir das suas ações-chave: a) educação em movimento; b) recicla, reutiliza e reimagina; c) Alvorada + infância; d) rota segura para a primeira infância; e) plano de massas vegetais. Ademais, foi desenvolvido um projeto-piloto para uma área verde, co-concebido por crianças de até 9 anos, incorporando percepções e necessidades das próprias crianças no desenho final do espaço, o qual será debatido no tópico a seguir.

3.3 Perspectivas Infantis na construção do projeto-piloto

A co-criação comunitária revela necessidades reais do território e, neste trabalho, a participação infantil permite a compreensão do espaço na perspectiva da criança (Forni, 2002; Tonucci, 2019). Assim, o *masterplan* propõe um projeto-piloto na praça entre as ruas Angra dos Reis e Alpinópolis, junto ao Instituto Pedagógico Novo Mundo, parceiro desta pesquisa. A escola possui 222 alunos até o 9º ano, sendo 113 na faixa de 0-9 anos. Participaram das oficinas crianças de 5 anos da turma do Infantil II entre 9h-11h da manhã nos meses de setembro/outubro.2024. A pesquisa registrou como o espaço escolar para brincadeiras é reduzido, enquanto a praça, apesar de recém-reformada, apresenta baixa atratividade, demandando um projeto que amplie oportunidades de lazer, convivência e contato com áreas verdes pelas crianças..

Para as oficinas, referenciou-se na cartilha “Escuta como ato de participação política (Urban95, 2022) voltada à participação infantil. A primeira oficina estimulou a imaginação das crianças como protagonistas do espaço público; a segunda buscou compreender como estas vivenciam o bairro, seus deslocamentos e percepções sobre a cidade. Os profissionais da escola informaram que as crianças só utilizam a praça em horários muito cedo, devido à forte insolação, e mesmo assim sem muita frequência. Como compromisso ético, além da anuência e autorização de pais e responsáveis para participação das crianças, assumiu-se o compromisso de preservar a identidade destas em qualquer registro. As oficinas foram realizadas em sala de aula e na praça selecionada (figura 7).

Figura 7: Registros das oficinas



Fonte: fotos de Vanessa Silvério *apud* Dinis de Almeida (2024).

Na visita à praça, as crianças expressaram o que gostavam ou não no bairro, desenhando seus desejos para a praça. Chama a atenção das crianças os buracos e lixo, mas também árvores e muros coloridos. As atividades que revelaram que as crianças possuem pouca familiaridade com espaços livres, evidenciando seu baixo nível de atratividade. Os desenhos, alguns sobre fotografias, permitiram ainda captar percepções diretas, identificar barreiras cotidianas e desejos das crianças para o espaço da praça com poder de condicionar o projeto-piloto.

Evidencia-se assim a importância de se ter uma rota segura e atrativa no bairro, visto que muitas crianças faziam o trajeto casa - escola, a pé ou de bicicleta. Alinhar as necessidades da infância ao território assegura que o desenho final responda às expectativas das próprias crianças.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A “Praça Bem-Me-Quer” (figura 8) é o resultado da co-criação com as crianças para um espaço pensado para inclusão, lazer e aprendizado. Projetada para atender crianças de 0 a 9 anos, seus cuidadores e a comunidade, a praça estimula a convivência, o movimento, a criatividade e a interação, com brinquedos para diferentes faixas etárias, mini chafariz interativo, pula-pula, horta comunitária e áreas de permanência para piquenique sombreados em um desenho lúdico que adota os elementos do imaginário das crianças expressos nos seus desenhos.

Figura 8: Estudo da situação e perspectiva praça-piloto e adjacências.



Fonte: Dinis de Almeida (2024).

Dos princípios da arquitetura do cuidado, prioriza-se acessibilidade, segurança, conforto e integração com o entorno, estimulando conexões entre os espaços públicos e os lotes, viabilizando as vivências infantis nas áreas verdes. Para isso, a inclusão das crianças no projeto foi fundamental, com metodologias lúdicas de aproximação que potencializam os desejos infantis que adultos dificilmente identificariam. Dar-lhes poder para que expressem suas preferências, reconhece-se as crianças como capazes de co-produzir o espaço urbano, fortalecendo o senso de pertencimento e aumentando a efetividade das intervenções.

Faz-se necessário e urgente a sensibilização para métodos de trabalho que respeitam os níveis de desenvolvimento cognitivo com condução sensível de atividades lúdicas para empoderamento de crianças, por arquitetos urbanistas, educadores, psicólogos e pedagogos. Ganha-se com o enriquecimento dos projetos com interações espaciais significativas, éticas e alinhadas às capacidades de cada faixa etária.

A discussão aponta para o papel estratégico das escolas na apropriação dos espaços públicos projetados, seja como extensão da sala de aula ou apoio para atividades ao ar livre para educação ambiental, convivência, cuidado e valorização do território. Este TFG demonstra que projetos voltados à infância alcançam seu potencial quando articulam participação, interdisciplinaridade e integração com instituições educativas, produzindo espaços mais inclusivos, vivos e significativos para toda a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que cidades mais acolhedoras para a infância depende de uma abordagem integrada com princípios de urbanismo inclusivo. A análise do território revelou baixa qualidade dos SELPs, ausência de continuidade entre equipamentos públicos e carência de áreas verdes, fatores que impactam diretamente na autonomia e na vivência urbana das crianças.

O envolvimento infantil por meio de oficinas lúdicas demonstrou que a participação é a estratégia fundamental para compreender percepções e barreiras cotidianas, permitindo incorporar as necessidades reais ao projeto. A elaboração do *masterplan* e do projeto-piloto — a “Praça Bem-Me-Quer” — reforça o potencial das intervenções de pequena escala para transformar o cotidiano. Além disso, revela a importância da articulação entre escola, comunidade e espaço público, fortalecendo o uso social do território em uma cultura de pertencimento.

Assim, este trabalho contribui para o debate sobre cidades sensíveis à infância, demonstrando que processos participativos, aliados ao conhecimento especializado sobre desenvolvimento infantil, podem orientar intervenções urbanas mais inclusivas. Espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar reflexões profissionais e acadêmicas, futuros projetos, políticas públicas e pesquisas voltadas à construção de ambientes urbanos que assegurem o direito das crianças à cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Araújo. **Requalificação da área da ex-Nebiolo em Turim: o patrimônio industrial e o problema da habitação.** Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

ALMEIDA, André Araújo. VIANA, Flavio Gondim; PISANI, Maria Augusta Justi. Critérios sociais de projeto: uma análise comparativa entre o selo Casa Azul e o modelo de trabalho técnico-social proposto pelo Ministério das Cidades. **I UrbFavelas – Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas.** São Bernardo do Campo: UFABC, 2014.

ALMEIDA, André Araújo. **Social Protagonism and Innovation in Community Planning: the experiences of Mucuripe and Bom Jardim in Fortaleza, Ceará – CE, Brazil.** Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie / Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover. São Paulo / Hannover : Institutionelles Repositorium der Leibniz Universität Hannover, 2025. DOI.org/10.15488/20091

AMARANTE, Suely. **O uso das telas e o desenvolvimento infantil.** Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz, 03 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.iff.fiocruz.br/index.php/pt/?view=article&id=35:uso-das-telas&catid=8>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; ROMERO, Marta Adriana Bustos. Desenho de assentamentos urbanos sustentáveis: proposta metodológica. **I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável & X Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 2004, São Paulo. Anais da I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável & X Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. São Paulo: ENTAC, 2004 Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marta-Romero-2/publication/228716585_Desenho_de_Assentamentos_Urbanos_Sustentaveis_proposta_metodologica>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BARRETO, Flávio Ataliba; MIRO, Vitor Hugo; FRANÇA, João Mário Santos de. Desafios para as novas gestões das capitais brasileiras. **Instituto Brasileiro de Economia**, Fundação Getúlio Vargas. [online] 13 nov. 2024. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/desafios-para-novas-gestoes-das-capitais-brasileiras>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. [s.l.] Paz e Terra, 2023.

CARRO, Ester. Desafios ambientais nos espaços livres de Paraisópolis: uma análise da degradação e caminhos para o processo participativo. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**: Encruzilhadas – convergências e dispersões. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2024. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/852403-DESAFIOS-AMBIENTAIS-NOS-ESPACOS-LIVRES-DE-PARAISOPOLIS--UMA-ANALISE-DA-DEGRADACAO-E-CAMINHOS-PARA-O-PROCESSO-PART>>. Acesso: 11 dez.2025.

DINIS DE ALMEIDA, Ana Luisa. **[Re] imaginando a cidade** – construindo um espaço seguro, inclusivo e educativo, no bairro Sapiranga em Fortaleza. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo). Unifor - Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Unifor, 2024.

FORNI, Elisabetta. **La città di Batman**: bambini, conflitti, sicurezza urbana. Bollati Boringhieri Ed.: Torino, 2002.

FORTALEZA. **PLHIS**: Plano Local de Habitação de Interesse Social. Prefeitura Municipal, Fundação de Desenvolvimento Habitacional. Fortaleza: PMF, 2012.

FORTALEZA. **População por faixa**. Sistema de Monitoramento Diário de Agravos. Fortaleza: Secretaria Municipal da Saúde, 2022. Disponível em: <<https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FORTALEZA. **Relatório executivo da apuração dos gastos sociais com a primeira infância no município de Fortaleza**. Fortaleza: SEPOG; UNICEF, 2023. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/25111/file/relatorio-executivo-apuracao-do-gasto-social-com-a-primeira-infancia-fortaleza.pdf>>. Acesso em: 9 março 2024.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IAB. **Bairros amigáveis à primeira infância**. Volume 3 – Diretrizes para desenho urbano. Instituto de Arquitetos do Brasil, Fund. Bernard van Leer. Brasília: IAB, 2023.

IPECE. **Análise do Produto Interno Bruto (Pib) dos Municípios Cearenses - 2021**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza: IPECE, dez.2023. Disponível em: < https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/12/PIB_Municipal_2021.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2024.

ITDP. **O acesso de mulheres e crianças à cidade**. Relatório do Institute for Transportation and Development Policy. Rio de Janeiro: ITDP Brasil, 2018. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org/mulheres>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

ITDP. **Acesso para bebês, crianças pequenas e pessoas cuidadoras**. Relatório da série Acesso para Todas as Pessoas nº 2. Institute for Transportation and Development Policy e Bernard van Leer Foundation. New York: ITDP, nov.2022. Disponível em: <<https://itdp.org/wp-content/uploads/2022/01/Acesso-para-bebes-criancas-pequenas-e-pessoas-cuidadoras.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LIMA, Ana Lúcia Souza; SOUZA, Maria Salete de. O conjunto Alvorada no contexto de expansão de Fortaleza. **57ª Reunião Anual da SBPC**, 2005, Fortaleza. Disponível

em:<https://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_2380.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

LUZ, Giordana Machado da; KUHNEN, Ariane. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 552–560, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300015>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MACEDO, Silvio Soares. Apresentação. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 7, p. 3–4, 1995. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i7p3-4. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/133808>>. Acesso em: 09 set. 2024.

MAGNAGHI, Alberto. Territorial Heritage: a Genetic Code for Sustainable Development, *In*: WOLFF, R. et al. (eds). **Possible Urban Worlds: Urban Strategies at the End of the 20th Century**. INURA – International Network for Urban Research and Action. Basileia: Birkhauser, INURA, 1998. p. 114-121.

NACTO. **Desenhando Ruas para Crianças**. Global Designing Cities Initiative, National Association of City Transportation Officials. New York: NACTO, 2020.

NCPI. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, Estudo nº 1. Faculdade de Medicina (USP), INSPIER, Center on the Developing Child e David Rockefeller Center for Latin American Studies (Harvard University). São Paulo: Fund. Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/O-impacto-do-desenvolvimento-na-primeira-infancia-sobre-a-aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NCPI. **O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância**. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, Estudo nº 6. Faculdade de Medicina (USP), INSPIER, Center on the Developing Child e David Rockefeller Center for Latin American Studies (Harvard University). São Paulo: Fund. Maria Cecília Souto Vidigal, 2021. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/O-bairro-e-o-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OLIVEIRA, Yara Maria Castro de; MENELEU NETO; José; OLIVEIRA NETO, Tasso Ivo de. Paisagem das favelas do bairro Sapiranga/Coité, Fortaleza-CE: vida cotidiana para além da casa. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 20, n.3. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral: UVA, 2018. p. 31–48 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35701/rcgs.v20n3.379>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OSEKI, Jorge H.; PELLEGRINO, Paulo R. M. Paisagem, sociedade e ambiente. *In* BRUNA, Gilda C.; PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de A. (ed.) **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri-SP: Manole, 2004.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 24, p. 81–87, 2007. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i24p81-87. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/paam/article/view/85699>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAPOSO, Isabel. Bairros de gênese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção. *In*: MENDES, Maria Manuela; SÁ, Teresa; CRESPO, José Luís; FERREIRA, Carlos Henriques (coords.). **A cidade entre bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio ed., CiAUD, 2012.

ROCHA, Bernardo Nicoloso da; *et al.* Children in the public place: contributions for a Healthy development. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 2, p.

e1582595, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i2.595. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/595>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. A.6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 04 mar.2023.

SBP. **Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes**. Manual de Orientação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024.

TONUCCI, Francesco. **La città dei bambini**. Matosinhos: Ed. Portugal, 2019.

TRONTO, Joan C. Caring Architecture. In: FITZ, Angelika; KRASNY, Elke (ed.). **Critical care** – Architecture and Urbanism for a Broken Planet. Wien / Cambridge MA, USA: Architekturzentrum / The MIT Press, 2019.

Urban95. **Escuta como ato de participação política**: ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). Cartilha. Fundação Bernard van Leer. Rio de Janeiro: CECIP, 2022.